

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

NOVAS REGRAS, CASES E MODELOS INOVADORES PARA CONTRATAÇÕES EFICAZES COM AS LEIS N° 14.133/2021 E N° 13.303/2016



APRESENTAÇÃO

As funções de gestor e fiscal de contrato atraem grande responsabilidade para quem as exerce sendo que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União já entendeu que **“A falta de capacitação do agente público para a realização de tarefa específica a ele atribuída não impede sua responsabilização por eventual prejuízo causado ao erário.”** (ACÓRDÃO 2449/2018 – PLENÁRIO).

Para exercer com assertividade e segurança essas funções é simplesmente essencial dominar as normas que regem os contratos a serem geridos e fiscalizados. Sabendo disso, a Inove desenvolveu uma capacitação especial para que você esteja plenamente preparado para ser gestor ou fiscal de contratos.

No curso **Contratos Administrativos: Gestão e Fiscalização** você vai compreender como deve ocorrer, na prática, a gestão e fiscalização de contratos no atual cenário das contratações públicas, através de modelos atualizados e cases de sucesso!

Temas como panorama dos contratos na Lei n° 14.133/2021 e na Lei n° 13.303/2016, as responsabilidades do contratado, do gestor e do fiscal do contrato, o recebimento do objeto, o pagamento, revisão, reajuste e repactuação serão abordados em profundidade e de forma prática.

O participante conhecerá também os entendimentos do TCU, Instruções Normativas e modelos da AGU aplicáveis ao processo de contratação com ênfase dos mais relevantes para a fase de execução contratual.

OBJETIVOS

Fornecer fundamentação teórica e prática para que os agentes públicos utilizem com segurança as Leis n° 13.303/2016 e n° 14.133/2021, em especial na fase de execução contratual (da elaboração do contrato até a sua extinção).

Proporcionar ao aluno o ferramental necessário para desempenhar com segurança as atribuições de gerir e fiscalizar os contratos administrativos, atuando de forma assertiva e organizada prevenindo danos ao erário e ilidindo possíveis responsabilizações.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

NOVAS REGRAS, CASES E MODELOS INOVADORES PARA CONTRATAÇÕES EFICAZES COM AS LEIS N° 14.133/2021 E N° 13.303/2016



PÚBLICO-ALVO

- Membros de Equipes de Planejamento de Contratações
- Fiscais e gestores de contratos
- Integrantes da Assessoria Jurídica
- Auditores e controladores
- Outros agentes públicos envolvidos direta ou indiretamente com as contratações públicas e demais interessados no conteúdo

DESTAQUES DO CONTEÚDO

- Leis n° 13.303/2016 e n° 14.133/2021
- Melhores práticas e regulamentos das Estatais
- Novos Decretos e Instruções Normativas
- Jurisprudência do TCU
- Orientações Normativas da AGU
- Modelos de Licitações e Contratos da AGU
- Melhores modelos para as Estatais

PROFESSORA



Lindineide Oliveira Cardoso

Bacharel em Direito, servidora pública há mais de 20 anos. Professora e instrutora em licitações e contratos. Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área do Direito. Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede GovernançaBrasil - RGB. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual, notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora. Colunista do portal Sollicita, na coluna Loucas por Licitações. Ex-Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Ministrante

de cursos e palestras, virtuais e presenciais, para servidores de Institutos Federais de Educação, Universidades Estaduais e Federais, Prefeituras e Câmaras Municipais, Conselhos Federais, TRF, TRT, CNJ e Estatais. Professora da Pós-Graduação em Direito Municipal e em Licitações e Contratos do Centro Universitário Cesmac. Colaboradora das obras Direito Administrativo e Novas Tecnologias (Juruá, 2023), Direito Administrativo Municipal (Juruá, 2022) e Novo Direito das Licitações e Contratos Administrativos (Juruá, 2021). Autora do livro Contratos Administrativos na Nova Lei de Licitações - Teoria e Prática - Editora Juspodivm. Criadora do perfil no Instagram @o_xdagestao onde compartilha conhecimento sobre a fase de Gestão e Fiscalização de Contratos Públicos.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

NOVAS REGRAS, CASES E MODELOS INOVADORES PARA CONTRATAÇÕES EFICAZES COM AS LEIS N° 14.133/2021 E N° 13.303/2016



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOS CONTRATOS PÚBLICOS

1. Introdução

- A aquisição como um processo de trabalho
- A sinergia entre os estudos prévios, o edital a proposta vencedora e o contrato
- A inevitável governança das contratações
- A conformação da relação contratual: objetivos, conteúdo e limites
- O papel da governança nas técnicas e modalidades de fiscalização
- O papel da assessoria jurídica e dos órgãos de controle no auxílio e apoio quanto aos riscos e controles essenciais

2. Contratos Administrativos

- Contratos Administrativos e da Administração (no contexto das Leis nº 13.303/2016 e nº 14.133/2021)
- Traços distintivos e de aproximação entre os Contratos Administrativos e da Administração
- Regime jurídico dos contratos
 - Da formalização dos contratos
 - Cláusulas obrigatórias (Leis nº 13.303/2016 e nº 14.133/2021)
 - o objeto e seus elementos característicos
 - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta
 - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos
 - o regime de execução ou a forma de fornecimento
 - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento
 - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento
 - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso
 - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica
 - a matriz de risco, quando for o caso
 - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

NOVAS REGRAS, CASES E MODELOS INOVADORES PARA CONTRATAÇÕES EFICAZES COM AS LEIS Nº 14.133/2021 E Nº 13.303/2016



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso
- as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento
- o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso
- os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo
- as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso
- a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta
- a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz
- o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento
- os casos de extinção
- Princípios que norteiam a elaboração e a aplicação dos contratos administrativos e da administração
- Substituição do instrumento de contrato por outro instrumento - onde e como disciplinar as cláusulas necessárias
- Das garantias - nuances para melhorar elaborar as cláusulas contratuais
 - Tipos
 - Modalidades
 - A que se presta
 - Percentuais
 - Nova sistemática da Lei nº 14.133/2021 - anualidade, apresentação, diligências
 - Questões relevantes sobre o seguro-garantia
 - Disciplina
 - Prazo para entrega e assinatura do contrato
 - Análise
 - Condições
 - Validade
 - Percentual

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

NOVAS REGRAS, CASES E MODELOS INOVADORES PARA CONTRATAÇÕES EFICAZES COM AS LEIS N° 14.133/2021 E N° 13.303/2016



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Consulta regularidade de apólice de seguro-garantia - Susep
- Atenção para a cobertura adicional - Ações Trabalhistas e Previdenciárias
- Atenção para a cláusula de expectativa, reclamação e caracterização do sinistro
- Garantia contratual com cláusula de retomada
- O título de capitalização, custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total
- Garantias e o PNCP
- Da duração dos contratos - interpretando e sistematizando a construção dos prazos contratuais

3. Da execução dos contratos

- Vinculação a princípios gerais e específicos
- Cláusula de fiel execução e a prerrogativa de alteração unilateral
- Impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato
- Aviso público de obra paralisada

4. Fiscalização da execução do objeto contratual

- Requisitos para a designação
- Atribuições do fiscal
- Registro de ocorrências
- Medidas que excedem as atribuições do fiscal
- Contratação de terceiros em apoio técnico à atuação do fiscal
- Instrumentos operacionais de fiscalização
- A figura do gestor e suas atribuições
- Diálogo com o representante da contratada
- O auxílio pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração
- O preposto e seus poderes

5. Responsabilidades do contratado, do gestor e do fiscal do contrato

- Responsabilidades na Lei nº 14.133/2021
- Principais responsabilidades disciplinadas nos regulamentos das Estatais
- A tormentosa questão do conflito de interesse
- Responsabilidades pelos encargos trabalhistas
- Responsabilidades pelos encargos previdenciários
- Responsabilidades pelos encargos fiscais

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

NOVAS REGRAS, CASES E MODELOS INOVADORES PARA CONTRATAÇÕES EFICAZES COM AS LEIS N° 14.133/2021 E N° 13.303/2016



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Responsabilidades pelos encargos comerciais
- Acórdãos TCU sobre responsabilização dos agentes responsáveis pela fiscalização

6. Do recebimento do objeto na Nova Lei de Licitações e Contratos e nos melhores regulamentos de licitações e contratos

- Compras: a simples entrega e o efetivo recebimento
- Do recebimento provisório: obras e serviços
- Do recebimento definitivo: obras e serviços
- Do recebimento provisório: compras
- Do recebimento definitivo: compras
- Dever de estipulação dos prazos e métodos
- Responsabilidade do projetista consultor
- O recebimento definitivo e os vícios do objeto
- Modelos de recebimento - (modelos sugeridos)

7. Dos critérios para o pagamento

- A questão da ordem cronológica
- O pagamento em caso de controvérsia quanto à execução do objeto
- O pagamento vinculado ao desempenho do contratado
- A possibilidade remuneração variável
- O pagamento antecipado
- Da (IM)possibilidade de retenção de pagamento dos serviços executados ou fornecimentos realizados

8. As condições dos contratos e seu equilíbrio econômico-financeiro

- Equilíbrio, incompletude e capacidade de aprendizagem dos contratos
- Alteração contratual unilateral
- Alteração por acordo entre as partes
- O “valor inicial atualizado do contrato”
- Regras para aplicação dos acréscimos e supressões
- Alteração contratual e ausência de preço unitário para obras ou serviços: o que fazer?
- A supressão contratual e o material já adquirido pelo contratado
- Restabelecimento total ou parcial de quantitativo de item: Orientação Normativa AGU nº 50 - nova redação (Portaria AGU nº 140, de 26 de abril de 2021)

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

NOVAS REGRAS, CASES E MODELOS INOVADORES PARA CONTRATAÇÕES EFICAZES COM AS LEIS N° 14.133/2021 E N° 13.303/2016



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Equilíbrio econômico financeiro dos contratos: os três “erres” para você nunca mais errar: Revisão, Reajuste e Repactuação
- Reajuste automático? Causas e consequências
- Extinção do contrato e restabelecimento do equilíbrio econômico
- Execução contratual e a antecipação dos efeitos do contrato: situação complexa que envolve cuidados

9. Da extinção contratual

- Formas de extinção contratual
- Culpa exclusiva da administração
- Consequências da extinção por ato unilateral da administração - direta e indireta
- O contratado e o direito subjetivo à extinção do contrato
- Inaplicabilidade da extinção contratual

10. Da nulidade dos contratos

- Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021: o que mudou?
- Requisitos para a anulação de ato ou contrato
- Efeitos da anulação
- A LINDB e as consequências jurídicas e administrativas

11. Do processo administrativo sancionador nas Leis nº 8.666/1993, nº 13.303/2016, nº 10.520/2002 e nº 14.133/2021 - como atuar corretamente

- Requisitos para aplicação de penalidades
 - Lei nº 8.666/1993
 - Lei nº 13.303/2016
 - Lei nº 10.520/2002
 - Lei nº 14.133/2021
 - Da advertência
 - Da multa
 - Do impedimento de licitar e contratar
 - Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
 - Da condução do processo por comissão

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

NOVAS REGRAS, CASES E MODELOS INOVADORES PARA CONTRATAÇÕES EFICAZES COM AS LEIS N° 14.133/2021 E N° 13.303/2016



PROGRAMAÇÃO GERAL



Presencial em
Salvador - BA



28, 29 e 30 de abril
de 2025



das 8:30 às 18:00
(horário de Brasília)



24 horas de
capacitação

NÃO PERCA MAIS TEMPO! PARTICIPE JÁ!

Entre em contato conosco e conheça nossos
planos diferenciados para maior número de acessos

R\$3.890⁰⁰
por pessoa

INCLUSO NESTE PACOTE

Apostila com conteúdo a ser ministrado, material complementar, certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional, kit exclusivo da Inove e 06 coffee breaks.

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE CAPACITACAO E EVENTOS LTDA** com o **CNPJ n° 42.004.082/0001-92**.



Itaú
Agência: 6977
C/C: 99722-7

* **Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.